

A ECONOMIA POLÍTICA MARXISTA

UM BALANÇO

*Theotônio dos Santos**

Por toda parte vemos hoje fortes críticas à economia como ciência ou como fundamento válido para as políticas econômicas. Estes ataques questionam a legitimidade e as pretensões científicas da teoria econômica. Este ceticismo é, de fato, consequência do desvio da chamada teoria econômica para uma temática e uma metodologia que restringem drasticamente seu alcance e sua relevância. E isto ocorre num momento em que se amplia, em vez de restringir-se, o campo dos fenômenos econômicos estudados pela economia política em suas origens e suas interações.

A ECONOMIA POLÍTICA E A ECONOMIA NACIONAL

De fato, nas suas origens, ela foi Economia Política. Ou seja, ela tinha a pretensão de analisar o ciclo econômico, e o esquema da produção e da circulação no interior de um Estado Nacional e suas relações com outras economias nacionais. As principais questões econômicas foram, assim, confinadas ao nível nacional. Os economistas clássicos propunham-se a romper com as preocupações dos mercantilistas, para os quais o fenômeno comercial e a relação da nação com a economia internacional apareciam como fundadores da análise econômica. Quesnay voltou-se para o processo produtivo e para a produção e a circulação da riqueza no interior de cada nação. A partir deste momento, a economia política clássica seguiu o mesmo caminho. Adam Smith e Ricardo vão encontrar o fundamento da riqueza nacional no processo de trabalho e no valor que vincula o trabalho ao processo de circula-

* Professor Titular da Universidade Federal Fluminense

ção. Eles desenvolveram uma análise científica do processo de produção e de circulação.

Não nos esqueçamos, contudo, que Adam Smith escreveu seu principal livro para explicar "a riqueza das nações". Havia, assim, uma intenção comparativa e normativa na sua investigação teórica. Ele encontrou a fonte desta riqueza nos efeitos da divisão do trabalho sobre o aumento da produtividade. A quantidade e a produtividade do trabalho são o fundamento do valor dos produtos, explicam a maior ou menor riqueza de uma economia nacional e devem ser o instrumento de análise utilizado para comparar a renda entre as várias nações. Para alcançar um resultado mais efetivo, o economista teria que investigar a formação da economia nacional, em cujo mercado trocavam-se os bens que se produziam. Saía-se do campo da política e da economia internacional para o campo da economia nacional fundando-se uma ciência que tinha como elementos essenciais as noções de valor, moeda, mercado nacional, circulação e renda (e seus componentes: capital, trabalho e propriedade da terra).

Ao contrário dos mercantilistas, que davam especial ênfase ao comércio internacional e às balanças de pagamento, a economia política preocupava-se com o Estado, com os sistemas fiscal e monetário; com o salário, o lucro e a renda da terra; com o mercado e, somente no final, com as relações com o exterior.

O OBJETO DA ECONOMIA SEGUNDO MARX

Karl Marx estendeu o objeto de estudo da economia ao aprofundar a análise da teoria do valor e ligá-la ao processo de trabalho (dentro de um sistema econômico-social dado), às classes sociais, às formações sociais e, de maneira mais geral, a certos modos de produção que articulam as relações econômicas, sociais, políticas e ideológicas. Ele estabelecia, assim, o fundamento para uma ciência social onde a especificidade do econômico, do social, do político ou do ideológico se apresentavam como momentos de uma totalidade que assumia a forma de um processo histórico singular. Esse processo era, por sua vez, um momento da história da natureza, da qual a humanidade emergiu como

um elemento qualitativamente novo que se diferenciou, até certo ponto, da história natural. O surgimento da espécie humana com seu cérebro, sua mão articulada e sua capacidade de transformar a natureza para alcançar seus próprios fins, introduziu na história natural uma nova história: a história da humanidade.

O caminho proposto por Karl Marx e seu companheiro Friederich Engels era, contudo, extremamente difícil. Ele supunha uma vinculação muito complexa entre o processo de conhecimento e o processo de organização política das forças sociais. No caso da sociedade contemporânea, o proletariado foi identificado por Marx como o agente privilegiado das transformações históricas que viabilizariam o estabelecimento de um novo modo de produção, conduzindo a uma nova etapa civilizatória. Este novo modo de produção deveria ser precedido por formações sociais de transição que preparariam o seu estabelecimento histórico. Mas para chegar a ele, não basta o simples desenvolvimento espontâneo da história. Torna-se necessária a ação consciente da humanidade. Estabelece-se uma relação extremamente complexa entre o processo de conhecimento, particularmente o conhecimento científico, e a ação política.

Era evidente que o caminho proposto pelo marxismo teria grandes dificuldades para institucionalizar-se porque o movimento social com o qual ele se identificava foi perseguido durante todo o século XIX, ocasião em que foi colocado muitas vezes na ilegalidade, sendo o exemplo mais importante a ilegalização do Partido Social Democrata alemão por Bismarck. Na última década do século XIX, este movimento conseguiu impor-se em vários países na forma de partidos políticos legais e estabeleceu um conjunto de instituições locais, nacionais e internacionais que lhe permitiu dar um suporte institucional para a atividade intelectual e o conhecimento científico. Foi nesta época que se desenvolveu a primeira onda de estudos "marxistas", sobretudo na Alemanha, na Áustria, na Rússia e na Europa central.

OS CAMINHOS DA ECONOMIA MARXISTA

Discutindo esta questão no início do século XX, Rosa Luxembur-

go afirmava que os discípulos de Marx haviam conseguido fazer avançar o marxismo, depois de sua morte, num plano extremamente limitado e muito influenciado pelas necessidades da luta política imediata. Estas necessidades restringiram as preocupações teóricas do marxismo a um campo de aplicação diretamente relacionado com esta luta política. A teoria econômica do marxismo (junto com os seus aspectos filosóficos, sociológicos e culturais) ficou restrita a alguns campos de interesse político imediato, tais como a denúncia da exploração da classe trabalhadora, a crise econômica como fundamento da crise geral do capitalismo e como possível base da derrubada geral do sistema e da criação de uma nova formação social de transição socialista - cujas características foram estudadas muito vagamente.

Hilferding analisou a formação do capital financeiro, que unia o capital industrial concentrado e monopolista com o capital bancário, sob hegemonia deste último. Plekanov, o próprio Lenin e poucos mais haviam avançado no plano filosófico tentando definir a especificidade da dialética marxista e do materialismo histórico. Franz Mehring aplicou método marxista à análise do surgimento da Social-Democracia alemã num livro clássico. Kautsky analisou a questão agrária na idade média e o surgimento do cristianismo na Antigüidade. Lenin analisou o desenvolvimento do capitalismo russo, a sua penetração no campo e a destruição da antiga economia feudal, para derivar desta análise um programa agrário e uma estratégia política. Rosa Luxemburgo aprofundou a análise da acumulação e introduziu elementos importantes para a compreensão da maneira como se produzia a resposta do capitalismo às crises inerentes ao seu funcionamento. Posteriormente, Lenin e Bukarin aprofundaram a análise do imperialismo para explicar a Primeira Guerra Mundial e sua relação com a evolução do sistema econômico capitalista na direção do monopólio. Além disso, eles buscaram explicar ou prever a possível evolução do movimento operário profundamente afetado pela crise do imperialismo e pela Primeira Guerra Mundial, durante a qual havia se dissolvido a Segunda Internacional Socialista. Por último, eles retomaram o debate sobre a evolução histórica da formação social russa e o destino da revolução russa.

Este debate já vinha se desenvolvendo desde o século XIX entre

populistas e marxistas. Ambas correntes procuravam entender a possível evolução de um país pré-capitalista (dominado por relações sociais de tipo feudal, no qual a comunidade rural representava um papel definitivo, no interior de um regime político autoritário, opressor e tirânico) na direção do capitalismo industrial moderno e da democracia política. Ou esta evolução iria, como afirmavam os populistas, no sentido de uma passagem direta da comunidade rural para o socialismo? Outros acreditavam na sua transformação em uma democracia de massas, na qual o campesinato e a classe operária (ainda emergente) representariam as forças fundamentais, como o haviam proposto Parvus e Trotsky (dando aos operários o papel hegemônico) ou Lenin (que acentuava o papel do campesinato revolucionário e democrático ao lado do proletariado urbano na implantação da democracia).

Este debate se estendia ao plano econômico, através das discussões sobre o ciclo econômico, a crise geral do capitalismo e a possibilidade da derrubada final do sistema. Marxistas revolucionários e marxistas “legais” discutiam a possibilidade de reprodução e acumulação capitalista indefinida. Ecoavam assim na Rússia os debates iniciados por Eduardo Bernstein na Alemanha. Tugan Baranovich agregou elementos teóricos muito ricos à afirmação de Bernstein de que não havia possibilidade de uma crise geral do capitalismo. Ele discutiu a teoria da reprodução em Marx, mostrando a possibilidade de um crescimento indefinido da reprodução ampliada desde que apoiada no aumento do setor I da economia, composto pela produção de máquinas e matérias primas. Rosa Luxemburgo demonstrou posteriormente a dificuldade de conceber a indefinida reprodução ampliada do capital sem manter o suposto inaceitável de uma composição orgânica do capital estável. Este suposto não era realista já que o próprio Marx demonstrara a tendência do capitalismo a aumentar indefinidamente a inovação tecnológica e, em conseqüência, a composição orgânica do capital.

Desta maneira, Rosa Luxemburgo via como únicas saídas para a expansão do capitalismo a conquista de mercados externos para os produtos e para os capitais excedentários que não encontravam saída na reprodução capitalista pura. Estes se materializavam no crescimento do consumo estatal, particularmente o militar, e no sistema imperialista

que permitia incorporar ao mercado capitalista economias pré-capitalistas das zonas coloniais. As colocações teóricas de Rosa Luxemburgo não foram em geral aceitas, mas a idéia de que o imperialismo era uma saída para o capitalismo, que o permitia expandir-se, estará presente nos estudos de Lenin, de Bukarin e de Kautsky. Eles se baseavam, contudo, nas tendências à concentração econômica, à monopolização, à centralização de capital e à exportação de capitais, que eram intrínsecas ao funcionamento do capitalismo na sua fase monopólica e financeira, como os fatores que levavam ao imperialismo contemporâneo. Kautsky acreditava contudo na instauração de um supra-imperialismo: uma economia mundial com um só monopólio e um capitalismo de Estado tão poderosos que poderiam eliminar a anarquia da produção capitalista.

O DESAFIO DA REVOLUÇÃO RUSSA E A QUESTÃO NACIONAL

A Rússia foi um polo de debates teóricos, ao representar um caso muito especial de desenvolvimento econômico, político e institucional. A revolução de 1905 provocou, além das polêmicas sobre o caráter do desenvolvimento capitalista e da revolução democrática, os intermináveis debates na Alemanha e em toda a Internacional sobre a greve geral. Maior ainda foi o impacto teórico provocado pela Revolução Russa de outubro de 1917. Esta criara um regime político totalmente inédito com a implantação do Estado Soviético e iniciara uma acumulação primitiva socialista, ambos problemas totalmente novos para a teoria marxista e para todas as correntes do pensamento econômico, aos quais nos dedicaremos mais adiante. Ao mesmo tempo, nestes anos de intenso debate teórico, desenvolveram-se, também, amplas discussões sobre: a acumulação de capital originária a partir da economia feudal; a desintegração da comunidade rural; o seu impacto sobre o desenvolvimento do capitalismo urbano e industrial e os seus efeitos políticos (o referido debate sobre a revolução democrática na Rússia).

Não nos esqueçamos de teóricos populistas como Danielson ou Chaidanik, que fizeram uma análise extremamente sofisticada da economia camponesa, buscando mostrar sua racionalidade econômica e sua capacidade de reproduzir-se e de alcançar um certo grau de acumu-

lação independente do capitalismo. Enquanto isto, Lenin afirmava a inevitabilidade do desenvolvimento do capitalismo no campo, seguindo a linha de Kautsky, que analisara a evolução do capitalismo na economia rural da Europa Central e produzira um dos mais belos estudos sobre a economia feudal ao analisar a economia de quatro folhas no seu livro *A Questão Agrária* (1972).

Outro campo ao qual os pensadores marxistas deram importante contribuição, neste período, ainda que insuficiente, foi a questão nacional. O movimento político marxista se aplicou sistematicamente na criação de uma associação internacional dos trabalhadores (que gerou as várias Internacionais, algumas vezes em conflito). Marx dera especial ênfase à vocação internacional do capitalismo e sobretudo à vocação internacionalista do seu herdeiro por excelência que seria o socialismo. Não se concebia o socialismo como um fenômeno nacional e sim como um resultado histórico da cooperação internacional da classe operária.

Não era, pois, estranho que a questão das nacionalidades provocasse uma certa perplexidade nos quadros da Internacional Socialista. Ela tinha fortes implicações políticas que não nos cabe aprofundar aqui: as nações haviam sido a base sobre a qual se constituíram os estados capitalistas modernos. Foram elas que, impondo sua hegemonia em espaços historicamente definidos, permitiram uma coerência de interesses e objetivos capazes de sustentar a criação desses fantásticos fenômenos institucionais em que se converteram os modernos Estados nacionais. Nem sempre o conceito de nação se encaixou perfeitamente com o de Estado nacional. Muitas vezes a hegemonia de um determinado grupo étnico foi suficientemente forte para eliminar a representação dos demais, como na Rússia czarista. Outras vezes, o corte étnico não se limitava a um só Estado nacional, como o caso da nação alemã que mantinha sua identidade lingüística e étnica espalhada em vários estados nacionais. Outras vezes, o corte nacional não se identificava com uma só nação ou mesmo um só grupo racial, como no caso do Continente americano, cujas nações se formaram pela caldeamento de várias raças. Havia ainda o caso de nações sem uma base territorial, mas que mantinham uma forte identidade religiosa com implicações políticas,

como os judeus, etc., etc.

Era claro portanto que o conceito de nação e de Estado nação estavam permeados por fortes interesses geo-políticos que manipulavam muito arbitrariamente identidades étnicas, raciais, religiosas, lingüísticas, etc. O movimento socialista pretendia superar estas lutas e contradições para situar-se num plano internacional. Contudo, seu internacionalismo era bastante restrito, limitava-se quase exclusivamente ao mundo europeu, confundido com "o mundo" em geral. Sob a influência de seu tempo, os socialistas aceitaram também esta oposição eurocentrista entre o Ocidente adiantado e moderno e o Oriente atrasado e autoritário. Eles expressaram sentimentos racistas e preconceituosos para com outros povos. Suas análises da relação entre nação, estado e política variaram ao sabor de sua ubiquação dentro do quadro étnico e político europeu.

Os austríacos, por exemplo, enfrentaram a questão da grande diversidade étnica e cultural do império austro-húngaro e aí se exacerbou a visão da questão nacional que encontrou sua expressão mais sofisticada no livro de Otto Bauer sobre as nacionalidades. Bauer pôde reconhecer a importância do caráter nacional como um fenômeno tão significativo quanto o caráter profissional ou de classe (ao qual a Internacional Socialista dava uma ênfase privilegiada). Seu livro foi escrito em 1906 e provocou acesas polêmicas que tiveram a ver com a questão nacional no império russo e com a solução leninista desta questão, através do respeito radical às autonomias nacionais. A questão nacional se refletia nos debates sobre os estatutos dos partidos nacionais. O partido operário judeu, o Bund, se estendia pela Polônia e pela Rússia e Rosa Luxemburgo se lançou radicalmente contra ele.

Otto Bauer foi o principal responsável pela tese que defende o compromisso do socialismo com uma sociedade plural que respeite as individualidades nacionais. Sua visão do internacionalismo se separava assim da tradição iluminista, que identifica o universal com a eliminação das particularidades locais e nacionais. Em nome deste universal formalista e discriminatório têm-se justificado enormes violências contra os povos considerados mais atrasados. A abstração formal do "homo economicus" é uma herdeira destas violências culturais. Bauer

soube localizar o caráter cultural (não natural) da formação das nacionalidades. Pôde estabelecer assim as forças que levam à identidade nacional, seus limites e suas implicações para a concepção de uma sociedade universal composta de elementos concretos historicamente dados.

Seria ocioso identificar aqui as várias correntes e tendências que se expressaram neste debate que se desenvolveu muito dramaticamente no período de entre-guerras. Preferimos remeter o leitor a uma nota deste trabalho. O que nos importa é sobretudo destacar a escassa participação da análise econômica pura neste debate. Para os economistas da escola neoclássica o problema nem existe. O comportamento humano se explica com extrema simplicidade através do utilitarismo individualista e possessivo, cujas bases se lançaram no século XVII e XVIII. Suas concepções se vêem cada vez mais fortalecidas na medida em que a expansão do modo de produção capitalista elimina as diferenças nacionais e forma uma população consumidora mundial de características uniformes. Contudo, até os nossos dias, as diferenças nacionais e locais continuam afetando o funcionamento das economias, e a questão nacional, depois de servir de marco de referência para duas guerras mundiais, continua influenciando o mundo econômico real.

A CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO NUM SÓ PAÍS

A evolução da teoria econômica marxista esteve, portanto, profundamente condicionada pelas necessidades da luta política em cada país e região, onde ela se desenvolveu como força política. Mas a visão de uma oposição descomprometida com os custos do poder só pôde durar até a Revolução Russa. Depois dela, uma ala do movimento socialista e do marxismo chega ao poder estatal num país imenso, sob a liderança dos bolcheviques (uma facção específica do movimento marxista que só se garante no poder através de uma luta muito dura contra os outros movimentos socialistas e democráticos, além da luta política e armada contra a direita e setores da esquerda e do movimento democrático do seu país e em escala mundial). Estas confrontações vão levar ao isolamento deste partido e à tentativa de construir uma economia socialista dentro de um só país, o que, por sua dimensão continental,

implicava numa confrontação de caráter mundial, com as principais nações capitalistas.

Fracassaram as tentativas de Lenin e de outros dirigentes, principalmente Bukarin, entre 1921 e 1927, de retomar a aliança política com os partidos da Segunda Internacional. Chegaram a produzir-se alguns acordos com os governos social-democrata-liberais inglês e alemão. Tentou-se construir alianças políticas nacional-democráticas como no caso da China, onde o Partido Comunista se integrou ao Kuomintang. Mas o isolamento da URSS, devido ao fracasso destes governos de aliança de classes, criou, em 1917, uma nova realidade econômica e política que levou ao "socialismo num só país", projeto histórico totalmente novo para o pensamento marxista que, no entanto, Stalin assumiu sem reservas. Esta nova situação histórica criou um campo de debates extremamente rico para a teoria econômica marxista levando à discussão sobre a questão da acumulação primitiva socialista com aportes muito substanciais de Preobrajensky e Bukarin.

Nestes anos se discutiu o aparecimento e a evolução do novo fenômeno da planificação. Tentou-se construir modelos econométricos que permitissem a gestão do fenômeno econômico. E, sem sombra de dúvida, o debate deste período repercutiu no Ocidente. Autores como Leontief vão trazer para o Ocidente esta nova problemática, ao aperfeiçoar um instrumento nascido das necessidades da planificação, ou seja, a matriz de insumo-produto, que se converterá numa ferramenta essencial da programação e do planejamento econômico e da análise teórica em todo o mundo.

Surge também na URSS uma forte escola de história econômica que tem na teoria das ondas longas de Kondratieff, seu principal expoente, apesar do isolamento a que foi relegado este autor pela oposição às suas teses, tanto por Trotsky, no primeiro momento, como por Stalin, posteriormente. No Ocidente, vários autores marxistas vão se preocupar com os fenômenos ligados à formação de uma economia mundial, seja sob a forma da evolução da teoria do imperialismo; seja sob a forma da análise da intervenção do Estado na organização da economia, o que dá lugar a uma teoria do capitalismo monopolista de Estado; seja pelo impacto da análise dos ciclos longos de Kondratiev; ou, por

fim, pela tentativa, esboçada pela Internacional Comunista, de estabelecer uma relação entre os ciclos econômicos e a ação política.

Tudo isto vai repercutir numa grande produção teórica do marxismo na década de 20 e 30 sobre a teoria da crise e a teoria do ciclo econômico. No entanto, nem todos estes economistas eram marxistas (e muito menos militantes). Alguns conservadores, como Schumpeter, vão incorporar grande parte desses novos conhecimentos produzidos ao calor de uma luta política e ideológica exacerbada.

É também na URSS que, pela primeira vez, o Estado promove os meios de institucionalização da análise econômica, em parte através do planejamento (do GOSPLAN), que se volta muito mais para uma visão matemática e às vezes microeconômica, em busca da otimização dos investimentos estatais. Por outro lado, o Instituto de Economia Mundial, dirigido por Eugênio Varga, se volta para a análise da crise mundial do capitalismo, da economia política e particularmente do papel do Estado, e também para a análise da repercussão dessa crise sobre a classe trabalhadora (as relações salariais, o movimento político da classe trabalhadora), sobre os agentes econômicos e sobre o próprio Estado.

A QUESTÃO COLONIAL E O DESENVOLVIMENTO

Esta fase do pensamento marxista foi extremamente rica pela problemática nova e complexa que teve de enfrentar. Ela teve também seus desdobramentos nos países dependentes como no caso do México, sob o impacto de uma revolução agrária e democrática, como em toda a América Latina, na Índia ou na China. A influência deste imenso esforço teórico e analítico dirigiu a análise econômica para o estudo da questão agrária, com especial ênfase no papel do latifúndio, na questão indígena e, secundariamente, na questão da economia exportadora. Estas preocupações formam uma tradição teórica e analítica que poderíamos chamar de alternativa e que se expressa em obras tão distantes no tempo e no espaço, como as que ligam M. N. Roy ou Mao Tse-Tung a um Mella ou a um Mariatégui.

Esta tradição vai influenciar a criação de uma história econômica

dos países coloniais e dependentes, que sofrerá uma forte influência marxista nas décadas de 30, 40 e 50. Foi neste período também que se produziram, na América Latina, alguns dos mais importantes estudos da história econômica das suas várias nações, assim como algumas tentativas de análises globais da região.

O impacto do pensamento marxista sobre o Oriente se reflete nos estudos de M. N. Roy, que tenta compreender o papel da intelectualidade e das burguesias nacionais nos movimentos democráticos asiáticos e na sua relação com o campesinato e com as comunidades rurais. Esta mesma problemática vai se desenvolver na China através da obra de Mao Tse Tung, Liu Shao Chi e Chu En Lai além de outros autores em geral membros do Partido Comunista Chinês, mas cercados por vários autores não ligados diretamente aos movimentos políticos. No plano acadêmico, com a expansão do movimento democrático na Ásia vai se constituindo um pensamento socialista democrático e também marxista. Este pensamento vai se demonstrar muito rico sobretudo no Japão, sob influência dos grandes movimentos sociais dos anos 20 e 30, e no período de pós-guerra, sob o impacto da vitória da União Soviética e dos Aliados, onde se retoma o debate sobre a questão do planejamento econômico, do papel da indústria de base, da acumulação primitiva e das relações econômicas internacionais.

Estas questões estavam no fundamento do debate sobre o processo de planificação dentro da União Soviética. Estes debates eram profundamente condicionados pela luta geopolítica enfrentada pela União Soviética no contexto de uma Europa que se dirigia à Segunda Guerra Mundial com a ascensão do nazismo. O papel crescente do Estado e do setor militar, cuja importância aumenta significativamente durante o nazismo, constituirá também um campo de análise econômica do marxismo. Esta questão será retomada depois da II Guerra Mundial, quando a indústria militar, em tempo de paz, passa a ser a mais significativa atividade econômica dos Estados Unidos, país hegemônico do capitalismo mundial, que abre uma guerra fria contra o seu aliado na luta com a Alemanha nazista, arrinconando novamente a Rússia Soviética e condicionando sua estrutura industrial e sua evolução ideológica, na direção de uma competição militar global.

GUERRA FRIA, STALINISMO E DIVERSIFICAÇÃO DO SOCIALISMO

Esta pressão da guerra fria empurra a União Soviética no sentido de revitalizar os aspectos mais obscuros do stalinismo que passa a fundamentar ideologicamente a construção do socialismo, agora não mais em "um só país" mas "numa só região". Isto influenciará a formação das chamadas Repúblicas Populares na Europa Oriental, sob ocupação soviética. Como experiências autônomas, encontravam-se a Iugoslávia e posteriormente a China Popular. Em ambos os casos, as relações com a URSS terminaram sendo conflitivas diante da estranha pretensão stalinista da existência de um "modelo" único de construção socialista, que não era aceitável pelos novos países socialistas, que surgiam em condições históricas e sociais completamente distintas.

A questão da recuperação econômica do pós-guerra, que se colocava ainda dentro do marco de análise das crises dos anos 30 e 40, levava um amplo setor do marxismo a uma tentativa equivocada de explicar a crise como algo permanente e como resultado de uma tendência do capitalismo a perder sua dinâmica econômica ao ponto de conceberem uma tendência à estagnação econômica. Estas previsões obrigaram muitos autores, sobretudo comunistas, a terem de explicar, nas décadas de 50 e 60, como a dinâmica econômica havia sido recuperada fortemente no capitalismo. Os êxitos da recuperação capitalista no pós-guerra levaram ao abandono da teoria dos ciclos em geral e à dos ciclos longos, em particular. Esta ficou restrita a alguns teóricos, ligados à escola institucionalista, sobre a qual Schumpeter exerceu uma influência decisiva. Dentro do pensamento marxista, Kondratieff não era reconhecido ou aceito e muitas vezes foi simplesmente ignorado.

Enfim, o marxismo segue esse caminho difícil nas décadas de 1940, 50 e 60, rediscutindo os problemas da transição ao socialismo, em função do aparecimento das novas experiências socialistas na Europa Oriental, na China, na Argélia e em Cuba. A dissidência iugoslava abriu um vasto campo de debate teórico e de experiência prática. O processo iugoslavo introduzia no debate as questões de uma via socialista alternativa, baseada na autogestão, do projeto de uma sociedade internacional sem os alinhamentos determinados pela guerra fria, da

aliança dos povos coloniais, da necessidade de uma aliança entre os marxistas, a Internacional Socialista e os movimentos de libertação nacional.

Na década de 60, a absoluta singularidade da revolução cubana introduz novos elementos no debate internacional, sobretudo no que respeita à relação entre a revolução democrática nos países dependentes e a passagem para uma economia socialista. A guerra do Vietnã e a derrota da maior potência militar da história por um movimento insurrecional à base de guerrilhas colocou o debate da década de 70 sobre bases completamente distintas. Surgem as tentativas de regimes de transição ao socialismo no Oriente Médio e na África. Casos complexos como o da Argélia, o de Angola, ou mesmo o de Moçambique enriqueciam enormemente a problemática da possibilidade de uma diversificação tão ampla das experiências de transição ao socialismo.

A dissidência chinesa da Terceira Internacional em 1961 já colocara na ordem do dia as questões do abandono do socialismo pela URSS; do cerco dos países agrários aos países industriais; da existência de um desenvolvimento tecnológico alternativo e de um novo modelo de desenvolvimento baseado numa revolução cultural. Todas estas teses, apoiadas em aspectos parciais da crise global do sistema econômico e político mundial, instaurado ao final da II Guerra Mundial, produziam um amplo movimento de massas em escala mundial que teve seu auge no ano de 1968, particularmente durante o maio francês. Este anunciava o fim da liderança dos partidos comunistas sobre o movimento operário em escala mundial e a emergência de uma nova fase do movimento popular mundial, do pensamento socialista e das experiências de desenvolvimento econômico e social, seja nos países centrais ou nos países periféricos.

O NOVO MARXISMO PÓS 68

Essa realidade nova e complexa vai gerar um período de grande expansão do pensamento marxista nas universidades dos Estados Unidos, da Europa, do Japão e da América Latina e Caribe. No fim da década de 60, sobretudo com os movimentos de 1968, assistimos ao

surgimento de um marxismo acadêmico, com uma base institucional forte, que não parte necessariamente da elaboração teórica vinda da União Soviética, nem mesmo dos outros países socialistas, porque se reconhecia que, nestas instituições, o pensamento marxista estava profundamente dependente de interesses de políticas internas e externas que apareciam como condicionadores negativos.

Com o surgimento deste marxismo acadêmico, o campo teórico da economia marxista ampliou-se enormemente. Ela afetou a teoria pura do valor e da sua conversão em preço, que sofreu mudanças interessantes com a contribuição de Sraffa e seus discípulos da escola de Cambridge, entre os quais se destaca Garegnani por sua maior preocupação com o marxismo. Ela avançou ainda neste plano teórico com os esforços de matematização das categorias básicas dos marxismo e de medida da evolução histórica da taxa de lucros, que se refletem sobretudo nos trabalhos de Anwar Shaikh. A União dos Economistas Radicais, nem sempre filiada ao marxismo, procurou abarcar uma ampla temática econômica, voltada sobretudo para as políticas econômicas. Na verdade, o marxismo se converteu num campo teórico e analítico extremamente rico e diversificado, sobretudo sob a influência do estruturalismo de Louis Althusser, mas sofrendo ao mesmo tempo a influência do criticismo hegeliano de um Adorno e da Escola de Frankfurt, ou sob o impacto do historicismo dialético de Della Volpi e sua escola italiana. Na América Latina forma-se uma tendência a um enfoque histórico-estrutural que não teve ainda sua elaboração filosófica suficientemente desenvolvida.

Ao mesmo tempo, este marxismo acadêmico começa a resgatar um amplo espectro do pensamento marxista que era desconhecido nos países socialistas, ainda dominados pela censura e pelas limitações que o stalinismo representou em termos de destruição do antigo Partido Bolchevique, de todas as suas lideranças, de seus intelectuais, de seus pensadores e de suas obras, impedindo o estudo desses autores, impedindo inclusive o estudo das obras fundamentais de Marx e do próprio Lenin, e limitando o marxismo a um campo teórico muito reduzido fundado no "materialismo dialético" e no "materialismo histórico" e na interpretação stalinista do processo de construção do socialismo na

União Soviética, com todas as implicações que daí decorriam.

Somente nas décadas de 60 e 70, como resultado das denúncias de Kruschev e com o começo da abertura desses países para novas concepções, sopraram os novos ventos da renovação teórica nos países socialistas. A teoria da revolução científico-técnica, por exemplo, sobretudo na sua versão tcheca, com a obra de Radovan Richta e do grupo de cientistas que o apoiou (que foi logo condenada e censurada como consequência das pressões soviéticas), era uma retomada da criatividade teórica, a partir das geniais intuições de Marx sobre a evolução da tecnologia e seu impacto social, sobretudo, nos *Grundrisse*. Estes textos recém se incorporavam ao debate teórico contemporâneo, com importantes repercussões no pensamento da Europa Oriental e da própria União Soviética. Lamentavelmente, a teoria da revolução científico-técnica evoluiu em muitos autores no sentido de uma apologética da construção do socialismo nos chamados países de "socialismo avançado".

Em outros casos, produziu-se uma versão da teoria da revolução científico-técnica que tendia a um determinismo tecnológico que chegava a apagar totalmente as diferenças entre os regimes econômicos e sociais. O resultado foi a concepção de uma teoria econômica extremamente eclética que terminava aceitando como referência fundamental as categorias básicas da teoria econômica, que vinha se desenvolvendo dentro do pensamento conservador ocidental. Produzia-se na URSS um afastamento total de todo o pensamento marxista, cuja maior parte já havia sido excomungada desde a vitória de Stalin (que proibiu a leitura de todos os autores marxistas que não se submetessem à sua versão do marxismo e do leninismo).

O MARXISMO SOVIÉTICO COMO BLOQUEIO E UMA NOVA FASE PÓS GUERRA FRIA

A pobreza deste "marxismo stalinista" era um bloqueio definitivo à evolução da formação científica de uma intelectualidade cada vez mais importante numericamente e sofisticada culturalmente. O mais dramático era, contudo, o fato de que os preconceitos e as reminiscên-

cias das lutas de facções impediam totalmente o acesso à literatura marxista não ortodoxamente stalinista ou neo-stalinista, limitando o contato com o pensamento socialista e social democrata ocidental, considerado competitivo, e abrindo as portas ao conhecimento superficial e à adesão simplória ao pensamento conservador ocidental.

Como era mais fácil ter acesso ao pensamento conservador ocidental, na medida em que o pensamento marxista e mesmo o social-democrata, eram condenados pelo Partido Comunista da URSS e pelos partidos comunistas do Ocidente, produziu-se uma drástica alternativa entre o marxismo stalinista e o pensamento conservador liberal. Esta alternativa não se apresentava nunca entre a interpretação stalinista e outras correntes do marxismo ou mesmo o reformismo ocidental, que se tendia simplesmente a ignorar.

Esse conjunto de equívocos se reflete hoje numa grave crise do marxismo da Europa Oriental e da ex-URSS, confundido totalmente com o stalinismo, e numa indefinição das possíveis evoluções que sofrerão essas correntes do marxismo soviético, que tenta reformar-se para interpretar fenômenos totalmente incompreensíveis para o seu horizonte teórico e político, tais como a dissolução da União Soviética e do Partido Comunista soviético.

Essas reflexões sobre a direção que seguiu o pensamento marxista mostram que, no que se refere à teoria econômica propriamente dita, o marxismo demonstrou grande vitalidade ao identificar, por exemplo, o surgimento de uma economia monopólica e imperialista no fim do século XIX; adiantando-se à teoria econômica acadêmica e ortodoxa, que só vai descobrir estes problemas na década de 20 com a obra de Chamberlain e Joan Robinson. Hilferding já havia identificado e analisado, no começo do século XX, a importância da concentração econômica, do monopólio, da intervenção estatal e do capital financeiro; Rosa Luxemburgo já havia identificado os limites estabelecidos pela restrição à expansão do mercado de consumo de produtos finais e o papel do consumo estatal para manter a acumulação capitalista moderna, problemáticas que só irão se incorporar à teoria econômica acadêmica na obra de Keynes e de Kalecki na década de 30.

O pensamento econômico marxista antecipou o estudo sobre o ciclo econômico e foi quem revelou a existência e a forma dos ciclos longos, a necessidade da participação crescente do Estado na economia capitalista monopólica e foi ainda o iniciador do debate sobre a libertação das colônias e do papel do nacionalismo nos países dependentes e coloniais. Ele teve que enfrentar a questão da formação de uma economia mundial, desde suas origens, mas particularmente o surgimento do imperialismo no final do século XIX. Foi instado ainda a explicar o surgimento de uma revolução proletária num país atrasado e as possibilidades de uma acumulação primitiva socialista. Teve, enfim, que posicionar-se sobre o caráter do regime econômico e social que emergia destas condições históricas tão singulares e sobre sua relação com as novas revoluções democráticas e anti-coloniais que se desenvolviam em escala planetária. O pensamento marxista foi o primeiro a enfrentar a análise do fascismo como nova forma de reação do grande capital à revolução social. Hoje ele se vê desafiado a explicar o fim da URSS e dos partidos comunistas e a emergência de fortes correntes neoliberais na condução da política e da economia destes países, mesmo que seja por um período curto, como parecem indicar os acontecimentos políticos nestes países.

Pode-se acusar o pensamento econômico marxista de dogmatismo, de imobilismo, de uma constante volta aos clássicos, mas esta é uma visão evidentemente externa ao mesmo. Visto de dentro, ele passou por permanentes crises e vem sofrendo evoluções conceituais que revelam uma riqueza teórica e uma capacidade de antecipação temática em relação ao pensamento neoclássico e keynesiano, em geral surpreendentes. Diante do empirismo do pensamento econômico não marxista, espremido entre o formalismo teórico de um lado (por sinal, bem mais dogmático que o marxismo), e o empirismo pragmático de outro, à falta de instrumental teórico para analisar os processos históricos concretos, o marxismo tem a oferecer um arcabouço muito mais complexo, testado por processos históricos de grande importância e um alto grau de previsão histórica. Estas qualidades podem se contrapor em boa medida às graves debilidades advindas da oficialização do marxismo em torno de um teórico tão medíocre como Stalin, e das exigências apoloéticas de um Estado Nacional acossado e necessitado de alto

grau de legitimidade para realizar a sua acumulação primitiva em bases totalmente novas.

NOTA BIBLIOGRÁFICA

O leitor que quiser conhecer mais em detalhe o pensamento marxista sobre economia e outros temas, pode tomar como guia o *Dicionário do Pensamento Marxista*, de Tom Bottomore (1988). Ele é em grande parte uma expressão da nova dimensão acadêmica do marxismo, e um excelente levantamento do que se dispõe sobre a evolução do capitalismo contemporâneo. Mais eclética é a coleção de livros preparada por Eric Hobsbawn (1980-84), muito tributário do marxismo italiano, mais identificado com o movimento de massas do seu país, mas de grande nível acadêmico. A Fondazione Giangiacomo Feltrinelli (1973) organizou uma *História do Marxismo Contemporâneo* extremamente rica, em sete volumes. Com estes livros coletivos buscava-se superar os limites das tentativas de autores individuais como Kolakowski (1978), Lichtheim (1970), Cole (1959) e mesmo Garratana (1975), que não pretendeu abarcar todo o quadro histórico. Veja-se também meu livro com Vania Bambirra (1981).

Sobre a concepção iugoslava de socialismo, sugerimos ao leitor o capítulo sobre o marxismo e a revolução iugoslava do livro de Predrag Vranicki (1977). O autor analisa também o marxismo nos vários países socialistas, além da Europa ocidental. Chamamos a atenção do leitor para a revista *Socialism in the World*, que recolhia o material das mesas redondas de Cautat, Iugoslávia, que se organizaram anualmente entre 1975 e 1988, e de cujo conselho fiz parte.

BIBLIOGRAFIA

- BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1988.
- COLE, G.D.H. *Historia del Pensamento Socialista*. México, Fondo de Cultura Econômica, 1959, 7 vols.
- DOS SANTOS, Theotonio e Bambirra, Vania. *La Estrategia y Tática Socialistas de Marx y Engels a Lenin*. México, Ed Era, 1981, 2 vols.
- FONDAZIONE GIANGIACOMO FELTRINELLI. *Storia del Marxismo Contemporaneo*. Milão, Feltrinelli, 1973, 7 vols.

GERRATANA, Valentino. *Investigaciones sobre la Historia del Marxismo*, México, Grijalbo, 1975, 2 vols.

KOLAKOWSKI, Leszek. *Main Currents of Marxism*. Oxford, Oxford University Press, 1978, 3 vols.

LICHTHEIN, George. *Breve Historia del Socialismo*. Madrid, Alianza Editorial, 1970.

VRANICKI, Predrag. *Historia del Marxismo*. Salamanca, Ediciones Sígueme, 1977, 2 vols.